



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 8 de janeiro de 2016
(OR. en)

15564/15

ECOFIN 1009
UEM 437
SOC 725
EMPL 471
COMPET 573
ENV 812
EDUC 326
RECH 313
ENER 440
JAI 1027

NOTA

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Comité de Representantes Permanentes (2. ^a Parte) / Conselho
Assunto:	Semestre Europeu de 2016 - Análise anual do crescimento: orientações macroeconómicas e orçamentais para os Estados-Membros - Projeto de conclusões do Conselho (ECOFIN)

Junto se envia, à atenção das delegações, o projeto de conclusões do Conselho sobre a Análise Anual do Crescimento elaborado pelo Comité Económico e Financeiro.

O Conselho (ECOFIN):

I SEMESTRE EUROPEU DE 2016

1. CONGRATULA-SE com a Análise Anual do Crescimento para 2016 apresentada pela Comissão, que estabelece as prioridades estratégicas gerais para o emprego e o crescimento na UE e nos seus Estados-Membros, e constitui o ponto de partida do Semestre Europeu de 2016.
2. PARTILHA AMPLAMENTE da análise que a Comissão faz da situação económica e dos desafios políticos na UE. Apesar de uma retoma moderada que deverá acelerar gradualmente, muitas economias enfrentam importantes desafios em termos de políticas estruturais. O crescimento e o emprego estão condicionados por desequilíbrios macroeconómicos persistentes. São várias as economias que têm uma taxa elevada de desemprego dos jovens e de desemprego de longa duração, e o lento crescimento da produtividade está a afetar a competitividade e o nível de vida. Os elevados níveis de dívida pública e privada, a par das fracas perspetivas de crescimento, estão a travar o investimento.

3. Neste contexto, SALIENTA que as políticas deverão ser orientadas para a consolidação da retoma e para o combate aos desequilíbrios macroeconómicos. A retoma reflete em parte o impacto crescente que estão a ter as reformas realizadas nos últimos anos e os Estados-Membros deverão continuar a levar a cabo reformas ambiciosas e políticas orçamentais responsáveis. SUBLINHA a importância de efetuar, ao longo do ano, a monitorização do desempenho e da execução das políticas, incluindo as recomendações específicas por país e as recomendações dirigidas à área do euro. CONVIDA o Comité Económico e Financeiro e o Comité de Política Económica a procederem a essa monitorização, com base nos dados fornecidos pela Comissão e pelos Estados-Membros, e AGUARDA COM EXPECTATIVA o debate sobre a aplicação das recomendações específicas por país que terá lugar nas formações competentes do Conselho nos próximos meses.
4. CONCORDA com os grandes domínios de ação prioritários indicados pela Comissão nos quais se deverão concentrar os esforços nacionais e da UE em 2016: relançar o investimento, prosseguir as reformas estruturais para modernizar as nossas economias, e ainda finanças públicas responsáveis. RECONHECE a maior ênfase dada ao emprego e ao desempenho social.
5. Embora deva acelerar gradualmente, a retoma está a beneficiar em grande medida de fatores positivos temporários, nos quais se incluem os baixos preços do petróleo, o euro mais fraco e políticas monetárias muito acomodáticas. Simultaneamente, intensificaram-se os problemas de segurança e as tensões geopolíticas, e as perspetivas económicas mundiais estão a ficar mais difíceis, de modo que se agravaram os riscos de revisão em baixa das perspetivas económicas na União. Neste contexto, SALIENTA que, no pleno respeito pelo papel de todos os intervenientes relevantes, as políticas económicas têm de continuar a contribuir para um crescimento mais forte e sustentável.
6. SAÚDA as propostas apresentadas pela Comissão no sentido de remodelar o Semestre Europeu, constantes do pacote da Governação Económica de outubro de 2015.

II ORIENTAÇÕES PARA AS POLÍTICAS ORÇAMENTAIS E MACROECONÓMICAS

Relançar o investimento

7. RECONHECE que, em parte como resultado da crise, o nível de investimento diminuiu significativamente. Não obstante as condições de um modo geral favoráveis de baixas taxas de juro, grande liquidez nos mercados financeiros e progressos no processo de desalavancagem, os níveis de investimento continuam a ser baixos. SALIENTA que é premente estimular o investimento, melhorando a conjuntura global de investimento para apoiar a retoma económica e aumentar a produtividade e o potencial de crescimento.
8. SAÚDA a cooperação entre o Parlamento Europeu, o Conselho e o Banco Europeu de Investimento, no intuito de tornar o Plano de Investimento para a Europa operacional em menos de um ano. SAÚDA os progressos realizados na mobilização de investimento privado e público e RECONHECE a importância de que se reveste a seleção de projetos estratégicos com elevada adicionalidade, no âmbito do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), para mobilizar recursos adicionais do setor privado. APELA a uma maior sensibilização nacional relativamente ao FEIE, e ao desenvolvimento de projetos de investimento público e privado.
9. SALIENTA a necessidade de melhorar o quadro regulamentar, tanto a nível nacional como europeu, para eliminar os obstáculos regulamentares, administrativos e outros ao investimento privado e para explorar os benefícios da previsibilidade regulamentar, a melhoria e diversificação das fontes de financiamento e o reforço de condições de concorrência equitativas na UE. SUBLINHA que importa prestar atenção ao desenvolvimento de uma capacidade administrativa adequada, bem como a uma maior transparência, eficiência e responsabilização no domínio dos contratos públicos.
10. CONCORDA com a análise da Comissão sobre a necessidade de melhorar as condições de financiamento da economia real e RECONHECE a importância de fazer avançar rapidamente os trabalhos sobre a União Bancária a fim de garantir a estabilidade financeira. SAÚDA o plano de ação apresentado pela Comissão para construir uma União dos Mercados de Capitais e apela a todos os intervenientes relevantes para que assegurem a sua rápida execução.

III PROSSEGUIR AS REFORMAS ESTRUTURAIS PARA MODERNIZAR AS NOSSAS ECONOMIAS

11. CONGRATULA-SE com os progressos realizados pelos Estados-Membros na modernização das suas economias e na correção dos desequilíbrios macroeconómicos identificados em anos anteriores. SUBLINHA que o desempenho dos Estados-Membros varia significativamente em alguns domínios que são fundamentais para a produtividade e a convergência e AGUARDA COM EXPECTATIVA a iniciativa da Comissão para explorar a utilização dos parâmetros de referência e o intercâmbio de boas práticas nos vários domínios de ação, a fim de incentivar a convergência no sentido dos melhores desempenhos e de estruturas económicas mais resilientes para se obter uma produtividade, emprego e crescimento do produto mais fortes e sustentáveis. REALÇA que um debate aprofundado sobre a adequação dos parâmetros de referência será fundamental para a sua utilização eficaz no quadro da governação económica e SUBLINHA a necessidade de garantir e salvaguardar a apropriação nacional das reformas estruturais como fator essencial para uma execução eficaz, inclusive nos domínios que são da competência nacional.
12. RECONHECE o papel que o financiamento e a assistência técnica da UE podem desempenhar no apoio à implementação das reformas. TOMA NOTA de que a Comissão tenciona estimular a utilização dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento neste contexto.
13. SALIENTA a necessidade de concentrar esforços numa série de reformas fundamentais no mercado de trabalho, que respeitem o papel dos parceiros sociais, para ajudar a combater o desemprego dos jovens e o de longa duração; que facilitem a adaptação dos salários reais por forma a refletir de forma adequada a evolução da produtividade a médio prazo; que modernizem a legislação em matéria de proteção do emprego e promovam uma mobilidade suave no mercado de trabalho; que reforcem a formação do capital humano e que melhorem a eficácia dos sistemas de proteção social. RECONHECE que é necessária uma abordagem global para integrar os migrantes e o recente afluxo de refugiados e para facilitar o seu acesso ao mercado de trabalho.
14. SALIENTA que deverão ser intensificados esforços para promover mercados de produtos e serviços abertos e competitivos, bem como para melhorar o funcionamento do mercado único europeu. RECONHECE o potencial das novas tecnologias e modelos empresariais como fontes de crescimento adicionais que podem dar origem à criação de muitos postos de trabalho.

IV. POLÍTICAS ORÇAMENTAIS RESPONSÁVEIS

15. CONGRATULA-SE com os progressos que se registaram em matéria de consolidação orçamental, mas RECONHECE que os níveis da dívida pública na maioria dos Estados-Membros permanecem elevados e que continua a ser necessário garantir o controlo a longo prazo dos níveis do défice e da dívida. SALIENTA que os Estados-Membros deverão continuar a executar as suas políticas orçamentais em consonância com o Pacto de Estabilidade e Crescimento, que permite que os estabilizadores automáticos funcionem com base na trajetória de ajustamento estrutural acordada, utilizando simultaneamente, da melhor forma, a flexibilidade das atuais regras do PEC e garantindo a sustentabilidade a longo prazo das finanças públicas. O esforço orçamental deverá ser diferenciado em função de cada Estado-Membro na plena observância dos requisitos previstos no PEC, ponderando simultaneamente as necessidades de estabilização, e tendo também em conta as eventuais repercussões nos vários Estados-Membros, inclusive no conjunto da área do euro. REGISTA que a Comissão avalia a orientação orçamental para a área do euro e para o conjunto da UE, para 2015 e 2016, como globalmente neutra e adequada, garantindo o equilíbrio entre a estabilização a curto prazo e a sustentabilidade a longo prazo. CONGRATULA-SE com o facto de que a Comissão terá em conta o impacto orçamental da despesa suplementar relacionada com a crise extraordinária de refugiados, em consonância com o Pacto de Estabilidade e Crescimento. SALIENTA que as políticas orçamentais deverão assentar em quadros de governação nacionais eficazes, a fim de reforçar a confiança, restabelecer as necessárias reservas orçamentais e evitar políticas orçamentais procíclicas. SUBLINHA a necessidade de manter a credibilidade e a eficácia em matéria de garantia da responsabilidade orçamental. SUBLINHA que os ganhos excecionais que advêm de uma conjuntura de baixas taxas de juro deverão ser essencialmente utilizados para reduzir os rácios da dívida ou para compensar o efeito no rácio da dívida da persistência de uma inflação excecionalmente baixa, especialmente nos Estados-Membros com uma dívida pública elevada, mas eventualmente também para investimentos ou reformas estruturais, consoante a situação orçamental do país.

16. SUBLINHA que deverá ser prestada maior atenção à qualidade e composição do ajustamento orçamental e à influência da política orçamental no crescimento, aumentando a eficiência da despesa e dando prioridade ao investimento produtivo – designadamente em capital humano e em despesa pública –, passando para um sistema de tributação mais eficiente e favorável ao crescimento, bem como prestada maior atenção à necessidade de combater a fraude e a evasão fiscais e de reduzir o planeamento fiscal agressivo. SAÚDA o plano de ação apresentado pela Comissão em junho de 2015 com o objetivo de restabelecer a ligação entre a tributação e a localização da atividade económica e a criação de valor.
17. RECONHECE o desafio demográfico e a necessidade de lhe dar resposta através de um planeamento orçamental prudente e de políticas responsáveis que garantam a sustentabilidade dos sistemas de pensões, de cuidados de saúde e de cuidados continuados. SUBLINHA o papel dos parceiros sociais ou de outras importantes partes interessadas, de acordo com a prática nacional, para assegurar a apropriação nacional das reformas e SALIENTA que deverá ser garantida a sustentabilidade orçamental dos sistemas de proteção social.
-